

Exames, metas e um <novo> programa – a trilogia do regresso ao passado

Há cerca de ano e meio, uma amiga disse-me «Vamos retroceder 50 anos na educação em Portugal». Na altura achei que exagerava, mas hoje tenho de admitir que os riscos são cada vez maiores. Primeiro vieram os exames no 2.º ciclo e, pasme-se, no 1.º ciclo. Teremos de viajar umas décadas no tempo para regressar à fase em que no nosso país se usavam exames naquele nível de ensino. Eu própria tenho de voltar às minhas memórias de infância para recordar as palavras da minha avó paterna, uma professora primária do Alto Alentejo, que me explicava que antigamente «os meninos eram levados a fazer o exame da 4.ª classe e a professora só levava a exame quem ela sabia que estava bem preparado, caso contrário a professora ficava mal vista». Este ano os meninos do 4.º ano também «vão ser levados» a exame, já que nem na própria escola ficam para realizar a prova, não vão as paredes cometer alguma fraude... Antigamente os docentes ficavam mal vistos se um aluno não tivesse um bom desempenho. Também hoje a pressão dos resultados se faz sentir, já que dos mesmos dependem os créditos horários das escolas e, consequentemente, os empregos de muitos professores. Aliás, não posso deixar de notar que esta relação é de uma enorme perversidade uma vez que seria de esperar que, ao contrário, escolas em que os alunos revelam piores desempenhos devessem ser mais apoiadas financeiramente, tal como acontece, por exemplo, na Holanda. Poucos dias depois de se conhecerem os resultados de um estudo^[1] que revela que os alunos de meios socioeconómicos mais desfavorecidos tendem a ter piores resultados, a manutenção desta política reforça ainda mais a desigualdade que a escola se deveria esforçar por minimizar.

Os exames foram desde o início uma bandeira deste ministro, colando-os à ideia de uma política de rigor que nunca explicou em que consiste. Mas todo o enviesamento das práticas que os exames implicam, centrando o ensino em aspetos avaliáveis naquele tipo de prova, estabelecendo-se na prática como um novo currículo, não é suficiente para esta tutela. Por isso encomendou as Metas Curriculares (MC), um documento marcado pelo formalismo excessivo, redução da compreensão, desprezo pelas capacidades transversais, remetendo a resolução de problemas para a simples aplicação de conhecimentos adquiridos, e que antecipa conceitos e procedimentos próprios de idades mais avançadas. As MC, anunciadas como estando em consonância com o programa de matemática em vigor, são na verdade a sua completa antítese. Mas há um anúncio associado às metas para ser levado mais a sério: elas «constituem-se como um referencial para a avaliação interna e externa, com especial relevância para o GAVE». E assim se aumentam as angústias dos professores que se dividem entre o Programa de Matemática do Ensino Básico (PMEB) que sugere um tipo de trabalho e as MC que propõem outro completamente diferente.

Mas a tutela quis acabar com estas angústias e com o problema da incoerência entre os dois documentos e assim revogou

o PMEB. Segundo argumenta o despacho, as suas indicações metodológicas — aquelas que se fundamentam em investigação nacional e internacional, as mesmas que nos últimos anos têm vindo a ser alvo de trabalho e formação com milhares de professores, as metodologias que têm vindo a entrar progressivamente na aula de matemática com resultados positivos nos últimos estudos internacionais (PISA e TIMMS) são afinal de «fundamentação puramente ideológica». Mas qual será o fundamento desta revogação, senão um ato puramente ideológico? O que poderá levar um governo a revogar um programa que só neste ano letivo termina a sua generalização, em que se investiu muito trabalho e que custou muito dinheiro ao Estado?

O atual PMEB, diz ainda o despacho, «é demasiado rígido nas indicações metodológicas», pelo que agora nos vamos libertar daquele «espartilho» e orientarmo-nos pelos escasos 190 objetivos e as centenas de descritores que as MC contém, identificando exatamente o que os alunos devem aprender e, frequentemente, como devem ser ensinados... Estas MC, segundo a opinião da tutela agora confirmada em despacho, até já estão a produzir «resultados muito positivos», embora ninguém conheça nenhum estudo ou sequer ecos da sua implementação.

Aquele ao qual ainda há pouco chamámos novo, fica agora decretado velho. A proposta de novo programa confirma, numa primeira análise, o que esperávamos: um documento que se traduz mais numa listagem de conteúdos, sem quaisquer referências à história da matemática ou à tecnologia, a não ser para desaconselhar a utilização da calculadora. Um programa que admite com alguma cautela que os alunos produzam conjecturas, mas que nunca fala em atividades de investigação ou projetos. Este sim é um programa velho, com objetivos que não servem as necessidades de literacia matemática atuais. Um verdadeiro regresso ao passado. Será? A esperança reside nos professores. Podemos ver os programas revogados, os materiais que foram disponibilizados no *site* da ex-DGIDC escondidos no «histórico» numa espécie de nova censura, os manuais alterados contra a lei que os determina válidos por seis anos, mas ninguém poderá revogar o conhecimento e a experiência que foi construída pelos professores. Por isso, não deixemos que o tempo volte atrás porque, como dizia Paulo Abrantes num editorial desta revista, «Os bons velhos tempos, são velhos mas não eram bons» — e isso até a minha avó sabia.

Nota

^[1] O estado da educação 2012. Autonomia e Descentralização. Conselho Nacional de Educação. http://www.cnedu.pt/images/Docs_CNE_estadoEdu2012/EE_2012_Web3.pdf

Lina Brunheira

Diretora da Revista Educação & Matemática